

# CEM

## CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

### Direito Administrativo

# Organização Administrativa

Período 2010 - 2016

**1) CESPE - Agente Técnico de Inteligência - ABIN (2010)**

Com relação à organização administrativa da União, julgue o item seguinte.

A administração federal organiza-se em administração direta, indireta e agências reguladoras vinculadas a ministérios.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**2) ESAF - Analista da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2010)**

Partindo-se do pressuposto de que a função política ou de governo difere da função administrativa, é correto afirmar que estão relacionadas(os) à função política, exceto:

- a) comando  
b) coordenação  
c) execução  
d) direção  
e) planejamento

**3) ESAF - Analista da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2010)**

Analise os itens a seguir, a respeito das entidades políticas e administrativas, e marque com V se a assertiva for verdadeira e com F se for falsa. Ao final, assinale a opção correspondente.

- ( ) A autonomia de uma entidade política decorre de sua capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração.  
( ) São entidades políticas a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e suas autarquias e fundações públicas.  
( ) As entidades políticas e administrativas surgem da descentralização administrativa.  
( ) As entidades políticas são pessoas jurídicas de direito público, enquanto as entidades administrativas são pessoas jurídicas de direito privado.

- a) V, F, F, F  
b) V, F, V, F  
c) V, V, F, V  
d) F, V, F, V  
e) V, V, F, F

**4) CESPE - Auditor Federal de Controle Externo - TCU (2010)**

A respeito dos atos normativos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), julgue o item a seguir.

As atividades de informática, como as de telecomunicações, devem ser, de preferência, objeto de execução indireta.

- Certo  
 Errado

**5) CESPE - Auditor Federal de Controle Externo - TCU (2011)**

Julgue o item que se segue, acerca do programa nacional de desestatização e das agências reguladoras.

As instituições financeiras controladas direta ou indiretamente pela União podem ser objeto de desestatização. Nesse caso, o presidente do Banco Central do Brasil deverá participar das reuniões do Conselho Nacional de Desestatização para deliberação sobre a desestatização, com direito a voto.

- Certo  
 Errado

**6) Comissão Examinadora - Juiz do Trabalho - TRT - 24ª Região (2012)**

É INCORRETO afirmar:

- a) Agência Executiva é a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para a melhoria da eficiência e redução de custos.  
b) Agências reguladoras são as que exercem, com base em lei, típico poder de polícia, com a imposição de limitações administrativas, previstas em lei, fiscalização, repressão e as que regulam e controlam as atividades que constituem objeto de concessão, permissão ou autorização de serviço público ou de concessão para exploração de bem público.  
c) Poder de polícia é a atividade estatal que limita o exercício dos direitos individuais em benefício da segurança.  
d) Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei. Sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado, em que há conjugação de capital público privado, participação no poder público na gestão e organização sob forma de sociedade anônima, com as derrogações estabelecidas pelo direito público e pela própria Lei das Sociedades por Ações.  
e) São características dos bens públicos a inalienabilidade, a imprescritibilidade, a impenhorabilidade e a impossibilidade de oneração.

**7) FCC - Analista Judiciário - TRE - TO (2011)**

Considerando a Organização Administrativa Brasileira, é correto afirmar que

- a) a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios são entidades estatais.  
b) o Brasil é uma confederação formada pela união indissolúvel dos Estados-membros, dos Municípios e

do Distrito Federal

- c) os poderes e competências dos Municípios são delimitados por ato do Presidente da República.
- d) as empresas públicas e as sociedades de economia mista integram a administração direta da União, dos Estados-membros e dos Municípios.
- e) Os Ministérios são órgãos autônomos, unipessoais, integrantes da administração indireta, porém vinculados à Presidência da República

#### 8) FCC - Analista Judiciário - TRE - TO (2011)

Na organização administrativa da União, a defesa sanitária animal e vegetal é competência do Ministério

- a) do Desenvolvimento Agrário.
- b) do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- c) do Meio Ambiente.
- d) da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- e) da Saúde.

#### 9) ESAF - Analista Técnico de Políticas Sociais - MPOG (2012)

Com fundamento nas Leis n. 8.666/93, 10.683/03 e no Decreto-Lei n. 200/67, assinale a assertiva incorreta.

- a) A Reforma Administrativa brasileira teve início com a retomada da democracia após o golpe militar de 1964.
- b) As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.
- c) Inclui-se na área de competência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dentre outros assuntos, a administração patrimonial.
- d) O procedimento licitatório previsto na lei de licitações (Lei n. 8.666/93) caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.
- e) Os bens e serviços produzidos no país figuram como o primeiro critério de preferência, no desempate, nas licitações realizadas em igualdade de condições.

#### 10) CESPE - Técnico Judiciário - TRE - MS (2013)

Acerca da administração pública, assinale a opção correta.

- a) As autarquias não podem ser criadas pelos estados e pelos municípios.
- b) As contratações efetuadas pelas fundações públicas não se submetem à licitação.
- c) A empresa pública, mesmo quando explora atividade econômica, age com todos os privilégios estatais, justamente por ser uma entidade da administração indireta.
- d) Os serviços sociais autônomos distinguem-se das entidades paraestatais.
- e) A atividade administrativa é descentralizada quando é exercida por pessoa distinta do Estado, e este atua indiretamente.

**11) FCC - Analista Judiciário - TRE - AP (2011)**

Considere as seguintes proposições acerca das entidades políticas e administrativas:

- I. As entidades estatais são pessoas jurídicas de direito público que integram a estrutura constitucional do Estado e têm poderes políticos e administrativos, como, por exemplo, os Estados-membros.
- II. As autarquias desempenham suas atividades sem subordinação hierárquica, no entanto, estão sujeitas a controle administrativo, indispensável para assegurar que elas não se desviem de seus fins institucionais.
- III. As entidades paraestatais, também denominadas entes de cooperação com o Estado, são autônomas, administrativa e financeiramente; têm, entre outras características, patrimônio próprio, sendo que não se sujeitam a qualquer controle estatal.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) II.
- e) I e III.

**12) CESPE - Defensor Público - DPGE - TO (2013)**

A respeito dos serviços públicos e da organização da administração pública, assinale a opção correta.

- a) A desconcentração e a descentralização administrativas constituem institutos jurídicos idênticos.
- b) Para a criação de entidades da administração pública indireta, excetuada a de subsidiárias de sociedade de economia mista e de empresas públicas, é necessária a edição de lei específica.
- c) A prestação de serviços públicos deve ser realizada diretamente pelo Estado ou por entes privados sob o regime de concessão, permissão ou autorização, caso em que é inexigível licitação.
- d) A CF passou a prever, após a reforma administrativa do Estado promovida pela Emenda Constitucional n.º 19/1998, a gestão associada na prestação de serviços públicos mediante convênios de cooperação e consórcios públicos.
- e) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado, incluídas as que prestam serviços públicos, é subjetiva, isto é, depende da ocorrência de culpa ou dolo.

**13) CESPE - Técnico Administrativo - ANCINE (2012)**

No que se refere à administração direta e indireta, julgue o item seguinte.

As empresas públicas apenas podem ser criadas sob a forma jurídica de sociedade anônima.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**14) CESPE - Técnico Administrativo - ANCINE (2012)**

No que se refere à administração direta e indireta, julgue o item seguinte.

Os bens das autarquias não são passíveis de penhora.

- Certo  
 Errado

**15) CESPE - Técnico Administrativo - ANCINE (2012)**

No que se refere à administração direta e indireta, julgue o item seguinte.

A lei de criação de uma autarquia federal deve ser de iniciativa privativa do presidente da República.

- Certo  
 Errado

**16) CESPE - Técnico Administrativo - ANCINE (2012)**

A respeito da organização dos cargos efetivos em agências reguladoras, julgue o item subsequente.

É atribuição do procurador-geral federal, estabelecida em lei específica, definir a distribuição de cargos de procurador federal na procuradoria da ANCINE.

- Certo  
 Errado

**17) CESPE - Técnico Administrativo - ANCINE (2012)**

A respeito da organização dos cargos efetivos em agências reguladoras, julgue o item subsequente.

Servidores civis em efetivo exercício na ANCINE estão proibidos de firmar contrato com instituição autorizada pela agência em condição mais vantajosa que a usualmente oferecida aos demais clientes.

- Certo  
 Errado

**18) CESPE - Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual - ANCINE (2012)**

Acerca de direito administrativo, julgue o item a seguir.

Enquanto a autarquia necessita de lei ordinária para a sua criação, a empresa pública necessita de lei que

autorize a sua criação e passa a existir juridicamente somente após o registro dos seus atos constitutivos no órgão competente.

- Certo  
 Errado

**19) CESPE - Analista Judiciário - STJ (2012)**

Considerando a disciplina legal sobre a administração indireta, julgue o item a seguir.

As causas em que as autarquias federais forem interessadas, na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, serão processadas e julgadas na justiça federal.

- Certo  
 Errado

**20) CESPE - Analista Judiciário - STJ (2012)**

Considerando a disciplina legal sobre a administração indireta, julgue o item a seguir.

Os consórcios públicos, quando assumem personalidade jurídica de direito público, constituem-se como associações públicas, passando, assim, a integrar a administração indireta dos entes federativos consorciados.

- Certo  
 Errado

**21) FCC - Analista Judiciário - TRT - 8ª Região (2010)**

Quando o Poder Público estabelece parceria com Organizações Sociais, assim qualificadas, sem fins lucrativos, para fomento e execução de atividades relativas à área de proteção e preservação do meio ambiente, ele o faz por meio de contrato de

- a) mão de obra.
- b) concessão.
- c) permissão.
- d) prestação de serviços.
- e) gestão.

**22) Comissão Examinadora - Juiz do Trabalho - TRT - 8ª Região (2011)**

Marque a alternativa CORRETA, de acordo com a legislação e a jurisprudência consolidada:

- a) As agências executivas, instituídas, necessariamente, sob a forma de autarquias, têm autonomia de gestão e disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para que cumpram as suas metas.
- b) As agências reguladoras têm por função controlar os serviços e as atividades exercidos sob o regime de concessão, sendo seus servidores sujeitos ao regime de emprego público.
- c) Quando, por qualquer fato jurídico, o Poder Público passa a deter a maioria do capital de sociedade anônima, esta passa a ser considerada, incontinenti, como sociedade de economia mista.
- d) A ECT - Empresa de Correios e Telégrafos, empresa pública federal, não está abrangida pela imunidade tributária recíproca, pois a Constituição da República prevê que, tanto as empresas públicas, quanto às sociedades de economia mista, sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas quanto às obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.
- e) É legítimo que a lei disciplinadora de uma empresa pública autorize a posterior instituição de subsidiárias, desde que antecipe o objeto a que se destinarão, consoante a jurisprudência dominante do STF.

**23) CESPE - Técnico Administrativo - PREVIC (2011)**

No que se refere a direito administrativo, julgue o item a seguir.

Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta criadas por lei sob a forma de sociedades anônimas com o objetivo de explorar atividade econômica ou prestar determinado serviço público.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**24) CESPE - Técnico Administrativo - PREVIC (2011)**

Com relação aos sistemas governamentais no Poder Executivo Federal, julgue o item que se segue.

Caso não haja impedimento legal, um órgão administrativo e seu titular podem delegar toda a sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhes sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente e em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**25) CESPE - Analista Administrativo - PREVIC (2011)**

No que se refere ao controle da administração pública, à organização administrativa e aos serviços públicos, julgue o item subsequente.

Há desconcentração administrativa quando se destaca determinado serviço público do Estado para conferi-lo a outra pessoa jurídica, criada para essa finalidade.

- Certo  
 Errado

**26) Comissão Examinadora - Procurador do Trabalho - MPT (2012)**

Leia os itens abaixo e analise:

I - As organizações sociais são as executoras de serviços públicos em regime de parceria com o poder público, sendo pessoas jurídicas de direito privado, não podem ter fins lucrativos e dedicam-se ao ensino, à cultura, à saúde, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à preservação do meio ambiente.

II - As organizações da sociedade civil de interesse público constituem o regime de parceria numa gestão por colaboração.

III - Podem ser qualificadas como sociedades civis de interesse público as organizações sociais, as cooperativas, entidades religiosas; todavia, não podem ser assim qualificadas as sociedades comerciais, organizações creditícias e instituições partidárias.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) todas as assertivas estão corretas;  
b) apenas a assertiva III está incorreta;  
c) apenas as assertivas I e II estão incorretas;  
d) apenas as assertivas II e III estão incorretas;  
e) não respondida.

**27) Comissão Examinadora - Juiz do Trabalho - TRT - 3ª Região (2012)**

Assinale a opção correta, após a análise das afirmativas abaixo:

I - Fazem parte da administração indireta as autarquias, as fundações instituídas pelo Poder Público, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e os consórcios públicos.

II - As autarquias e as fundações instituídas pelo Poder Público têm praticamente as mesmas prerrogativas e sofrem as mesmas restrições que os órgãos da Administração Direta; e as pessoas de direito privado (as sociedades de economia mista e as empresas públicas) só possuem as prerrogativas e sujeitam-se às restrições expressamente previstas em lei.

III - A admissão nos empregos públicos das sociedades de economia mista e das empresas públicas sujeitam-se à regra do concurso público (ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração), mas o regime após a admissão pelo concurso é o da CLT.

IV - As autarquias são criadas por lei, têm personalidade jurídica pública, capacidade de autoadministração, especialização dos fins ou atividades, objetivo de desempenho de serviço público descentralizado e sujeição ao controle ou tutela nos limites da lei.

V - As fundações instituídas pelo Poder Público têm as seguintes características: dotação patrimonial, que pode ser inteiramente do poder público ou semipública e semiprivada; personalidade jurídica pública ou privada, atribuída por lei; desempenho de atividade atribuída ao Estado no âmbito social; descentralização de atividade estatal; capacidade de autoadministração; e sujeição ao controle

administrativo ou tutela por parte da Administração Direta, nos limites da lei.

- a) Estão corretas somente as proposições I, II e V.
- b) Estão corretas todas as proposições.
- c) Estão corretas somente as proposições I, II, III e IV
- d) Estão corretas somente as proposições I, II e III.
- e) Estão corretas somente as proposições III, IV e V

**28) FCC - Defensor Público DPGE - AM (2013)**

A Emenda Constitucional no 19, de 4 de junho de 1998, trouxe uma série de alterações nos dispositivos constitucionais referentes à Administração Pública, no bojo do que veio a ser alcunhado de Reforma Administrativa, baseada no chamado Modelo Gerencial de Administração Pública. Trata-se de medida introduzida por essa Emenda:

- a) previsão de órgão regulador para os serviços de telecomunicação que sejam explorados por terceiros, mediante autorização, concessão ou permissão.
- b) flexibilização do monopólio estatal do petróleo, permitindo a contratação de empresas estatais ou privadas para exercer as atividades regidas pelo regime de monopólio, sob as condições previstas em lei e mediante regulação de órgão específico.
- c) fim da chamada paridade entre proventos aposentados e pensionistas e vencimentos de servidores em atividade, determinando o reajustamento dos benefícios, conforme critérios estabelecidos em lei, visando a manutenção do seu valor real.
- d) atribuição de competência privativa ao Presidente da República para, mediante decreto, dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- e) flexibilização da estabilidade dos servidores titulares de cargo efetivo, com a previsão de perda do cargo em decorrência de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada a ampla defesa.

**29) CESPE - Juiz Federal - TRF - 2ª Região**

No que concerne à administração pública direta, a órgãos públicos e a entidades da administração indireta, assinale a opção correta.

- a) A sociedade de economia mista pode explorar empreendimentos e exercer atividades distintas das definidas pela lei que autorizou a sua constituição, mediante deliberação do respectivo órgão de direção.
- b) É vedada a participação de pessoas jurídicas de direito privado no capital da empresa pública, ainda que integrem a administração indireta.
- c) No que se refere à posição estatal, os órgãos superiores são órgãos de direção, controle e comando que gozam de autonomia administrativa, financeira e técnica.
- d) As fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público submetem-se ao controle exercido pelo tribunal de contas, o qual se estende, na esfera federal, a todas as empresas de que a União participe tanto majoritária quanto minoritariamente.
- e) Embora dotada de personalidade jurídica própria, a autarquia não dispõe de capacidade de autoadministração, característica da pessoa política que a constituiu.

**30) Comissão Examinadora - Juiz Federal - TRF - 3ª Região (2010)**

Assinale a alternativa correta:

- a) Nas sociedades de economia mista não é assegurada a participação dos acionistas minoritários na constituição e funcionamento dos conselhos de administração e fiscal.
- b) Para a cessão ou transferência total ou parcial de autorização ou concessão de exploração de recursos minerais exige-se a prévia anuência do poder concedente.
- c) As empresas públicas exploradoras de atividade econômica de produção ou comercialização de bens podem ter regime jurídico tributário distinto das empresas privadas.
- d) As sociedades de economia mista não se sujeitam à responsabilidade pela prática de atos contra a economia popular.

**31) Comissão Examinadora - Juiz Federal - TRF - 4ª Região (2010)**

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I. A descentralização pressupõe pessoas jurídicas diversas; a desconcentração refere-se a uma só pessoa.
  - II. As autarquias, cuja gênese depende de Decreto específico, somente podem ser extintas por ato de igual natureza.
  - III. Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de fundação, cabendo à lei complementar definir a área de sua atuação.
  - IV. As empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas quanto aos direitos e às obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
  - b) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
  - c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
  - d) Estão corretas todas as assertivas
  - e) Nenhuma assertiva está correta.

**32) Comissão Examinadora - Juiz Federal - TRF - 4ª Região (2012)**

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Em decorrência dos princípios da impessoalidade e da segurança jurídica, consideram-se válidos os atos praticados por servidor de fato.
- II. O poder de autotutela da administração pública pode ser exercido de ofício apenas no que se refere à legalidade do ato, dependendo a apreciação do mérito administrativo de provocação do interessado.
- III. A atuação do Estado não se limita à prestação de serviços públicos, pois, além da regulamentação e da fiscalização de atividades reservadas à iniciativa privada (intervenção indireta), incumbe-lhe a exploração de atividade econômica, por meio de empresas estatais (intervenção direta), em regime de monopólio ou em regime de competição, a seu juízo de conveniência, hipótese em que se submete às normas de direito privado que não forem expressamente derogadas pela Constituição.
- IV. A descentralização por colaboração consiste na transferência da execução de um determinado serviço

público a pessoa jurídica de direito privado, previamente existente, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, mantendo o Poder Público a titularidade do serviço.

- a) Está correta apenas a assertiva II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- e) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

**33) Comissão Examinadora - Juiz Federal - TRF - 4ª Região (2012)**

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta, no que se refere à organização administrativa.

I. A sociedade de economia mista é entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, instituída, mediante autorização legal, para desempenhar atividades de natureza exclusivamente empresarial, e pode se revestir de qualquer das formas em direito admitidas.

II. As agências reguladoras não têm natureza autárquica nem integram a administração pública indireta.

III. As empresas estatais exploradoras de atividade econômica não se sujeitam à obrigatoriedade de procedimento licitatório.

IV. As organizações sociais integram a administração pública quando assumem a forma de autarquia de regime especial.

- a) Está correta apenas a assertiva II.
- b) Está correta apenas a assertiva IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- e) Nenhuma assertiva está correta.

**34) Comissão Examinadora - Juiz Federal - TRF - 4ª Região (2012)**

Em relação às agências reguladoras, assinale a alternativa correta.

a) A natureza de autarquia especial, conferida à agência reguladora pela lei de criação, assegura-lhe autonomia administrativa e financeira, bem como a não sujeição à supervisão presidencial ou ministerial.

b) A indicação de seus dirigentes pelo Poder Executivo é por prazo indeterminado, podendo a lei de criação prever condições para a perda da função.

c) Há previsão legal de impedimento ao ex-dirigente para o exercício de atividade ou a prestação de qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência por um período de quatro meses, contados da exoneração ou do término do seu mandato.

d) Os seus Conselheiros e os seus Diretores somente perderão o mandato em caso de renúncia ou de condenação judicial transitada em julgado.

e) Em razão de sua autonomia de gestão administrativa, financeira e patrimonial, não estão submetidas ao controle do Tribunal de Contas.

**35) Comissão Examinadora - Juiz Federal - TRF - 4ª Região (2012)**

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

I. A Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, é aplicável não somente às entidades de direito público, mas também às empresas públicas, às sociedades de economia mista e a todas as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

II. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que, embora a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos tenha natureza jurídica de direito privado, ela é equiparada à Fazenda Pública, de modo que seus bens são impenhoráveis.

III. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira de órgãos e entidades da administração direta municipal pode ser ampliada mediante contrato que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou a entidade.

IV. Somente mediante lei específica pode ser criada entidade autárquica nos três níveis da Federação.

V. A Controladoria-Geral da União integra a estrutura da Presidência da República, sendo órgão de controle interno da União, mas pode fiscalizar a aplicação de verbas federais onde quer que elas estejam sendo aplicadas, mesmo que em outro ente federado.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas III, IV e V.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e V.
- e) Estão corretas todas as assertivas.

**36) Comissão Examinadora - Juiz Federal - TRF - 3ª Região (2013)**

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações governamentais e consórcios públicos personalizados integram a Administração Pública Indireta.
- b) Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, com capacidade exclusivamente administrativa, e podem, quanto à sua estrutura ou base, serem apartadas em corporativas ou fundacionais.
- c) Fundações governamentais são, todas elas, integrantes da Administração Pública Indireta, e submetem-se ao mesmo regime jurídico porque são igualmente pessoas jurídicas de direito privado;
- d) Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Consórcios Públicos são espécies de pessoas jurídicas, as duas primeiras com personalidade de direito privado, e a terceira podendo revestir-se de personalidade de direito público ou de direito privado, nos termos da lei, dependendo da forma como forem organizadas;
- e) Empresas governamentais constituem gênero compreensivo das espécies empresas públicas e sociedades de economia mista, dotadas de personalidade de direito privado, que se submetem a regime jurídico parcialmente de direito público, exigindo-se autorização legislativa específica para criação de cada qual.

**37) CESPE - Juiz Federal - TRF - 5ª Região (2011)**

Entre os setores do Estado, destaca-se o denominado terceiro setor – conceito surgido com a reforma do Estado brasileiro –, que compreende os serviços não exclusivos do Estado e abrange a atuação simultânea do Estado com outras organizações privadas e não estatais, como as organizações sociais (OSs) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs). Considerando as semelhanças e as diferenças entre essas duas entidades paraestatais, assinale a opção correta.

- a) O poder público deve celebrar contrato de gestão com a OSCIP.
- b) O processo de habilitação de OS deve tramitar no Ministério da Justiça.
- c) As OSs são regidas pela Lei n.º 9.790/1999.
- d) As OSCIPs são regidas pela Lei n.º 9.637/1998.
- e) Nem a OS nem a OSCIP podem ter fim lucrativo ou econômico.

**38) CESPE - Juiz Federal - TRF - 5ª Região (2011)**

A respeito do regime jurídico e das características das empresas estatais – empresas públicas e sociedades de economia mista –, assinale a opção correta.

- a) A instituição de empresa estatal pode ser realizada no mesmo ato jurídico de criação de secretaria de um estado-membro da Federação.
- b) As empresas estatais não estão obrigadas a obedecer aos princípios de impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade.
- c) As empresas estatais exploradoras de atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas.
- d) A responsabilidade civil das empresas estatais pelos atos ilícitos civis praticados por seus agentes é objetiva.
- e) As empresas estatais podem ser dotadas de personalidade jurídica de direito privado ou de direito público.

**39) CESPE - Juiz Federal - TRF - 5ª Região (2011)**

É característica da natureza de autarquia especial conferida à Agência Nacional de Energia Elétrica, agência reguladora criada pelo Estado brasileiro,

- a) a contratação de servidores não concursados para atribuições efetivas.
- b) a independência administrativa.
- c) o mandato variável de seus dirigentes.
- d) a exoneração sumária de seus dirigentes.
- e) a vinculação financeira a órgãos da administração direta.

**40) Comissão Examinadora - Juiz do Trabalho - TRT - 8ª Região (2013)**

Sobre as pessoas jurídicas que compõem a administração pública indireta e à luz da legislação em vigor, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os dirigentes das Agências Reguladoras - Presidente, ou Diretor-Geral, ou Diretor-Presidente e os demais membros do Conselho Diretor ou da Diretoria - são escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, por voto aberto, e terão prazo de mandato fixado na lei de criação de cada Agência.
- b) O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Executiva a autarquia ou fundação que tenha cumprido os seguintes requisitos: I - ter um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento, que definirão diretrizes, políticas e medidas voltadas para a racionalização de estruturas e do quadro de servidores, a revisão dos processos de trabalho, o desenvolvimento dos recursos humanos e o fortalecimento da identidade institucional da Agência Executiva; II - ter celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor com periodicidade mínima de dois anos e estabelecerão os objetivos, metas e respectivos indicadores de desempenho da entidade, bem como os recursos necessários e os critérios e instrumentos para a avaliação do seu cumprimento.
- c) À égide do Decreto- Lei 200/67 considera-se Autarquia o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, que objetiva executar atividades típicas da Administração Pública, além de gestão administrativa e financeira centralizada.
- d) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Aplica-se essa mesma regra às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem ou não recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- e) A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, exceto quanto às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

#### **41) CESGRANRIO - Profissional Básico- BNDES (2013)**

As entidades integrantes do terceiro setor, tais como as Organizações Sociais e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, submetem-se ao regime celetista de emprego público no que tange à contratação de pessoal, a qual deve ser precedida de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

#### **PORQUE**

O terceiro setor é composto por entidades da sociedade civil sem fins lucrativos que recebem uma qualificação do Poder Público para atuar em áreas de relevância social e, com isso, passam a integrar a Administração Indireta do respectivo ente federativo.

Analisando-se as afirmações acima, conclui-se que

- a) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- b) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.
- c) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
- d) a primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.
- e) as duas afirmações são falsas.

**42) CESPE - Arquiteto - Caixa Econômica Federal - CEF (2010)**

Acerca da organização administrativa do Estado e dos princípios que orientam a administração pública, assinale a opção correta.

- a) Órgão público pode ser corretamente definido como círculo de competências ou atribuições criado por lei para desempenhar as funções estatais e é caracterizado por possuir personalidade jurídica própria.
- b) A CAIXA, na qualidade de empresa pública com capital exclusivamente público, possui personalidade jurídica de direito público.
- c) De acordo com a Constituição Federal de 1988, somente lei específica pode autorizar a instituição de empresa pública, obrigatoriamente essa que não se estende para a criação de subsidiárias de empresa pública, em razão de sua autonomia administrativa.
- d) No Brasil, o sistema de controle dos atos administrativos vigente é o do contencioso administrativo ou sistema francês da dualidade de jurisdição, que se caracteriza por possuir um órgão administrativo com competência exclusiva para proferir a última decisão sobre legalidade e legitimidade.
- e) O princípio da presunção de legitimidade que incide entre os atos administrativos caracteriza-se por presumir que toda atividade administrativa está em conformidade com a lei; no entanto, trata-se de presunção relativa, uma vez que o administrado pode contestá-la e provar o contrário.

**43) CESPE - Advogado - Caixa Econômica Federal - CEF (2010)**

A respeito das empresas públicas e das sociedades de economia mista e considerando a atuação fiscalizadora do Tribunal de Contas da União (TCU), assinale a opção correta.

- a) Segundo o TCU, as empresas públicas e as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica, ainda que pretendam celebrar contratos diretamente relacionados com o exercício da atividade fim, estão obrigadas a se submeter ao procedimento da licitação.
- b) A vedação da acumulação de empregos, cargos ou funções públicas não se aplica às sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, em razão do regime concorrencial a que se submetem.
- c) As empresas públicas, no que se refere a direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, possuem personalidade jurídica de direito privado, não lhes sendo estendidas prerrogativas públicas, ainda que se trate de atuação em regime não concorrencial para prestação de serviços públicos.
- d) Segundo o STF, o TCU não é competente para fiscalizar as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, por entender que os bens dessas entidades são privados.
- e) A empresa pública pode adotar qualquer forma de organização societária, inclusive a de sociedade anônima, enquanto a sociedade de economia mista deve, obrigatoriamente, adotar a forma de sociedade

anônima.

**44) FCC - Analista de Procuradoria - PGE - BA (2013)**

No que se refere à organização administrativa, é correto afirmar:

- a) As empresas públicas e as sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado, não obstante sua instituição seja autorizada por lei específica.
- b) É possível a exploração estatal de atividade econômica, desde que necessária à ordem nacional ou relevante ao interesse coletivo e realizada por meio de suas autarquias, fundações, agências executivas ou empresas públicas.
- c) Diante do relevante interesse coletivo que fundamenta a exploração de atividade econômica por entidades da Administração indireta, admite-se a concessão a estas de privilégios fiscais não extensivos às entidades do setor privado, desde que devidamente fundamentado o ato concessivo.
- d) As entidades da Administração indireta que explorem atividade econômica sujeitam-se a regime jurídico misto, incidindo tanto normas próprias do direito público (como o dever de licitar, o regime estatutário de seus empregados e a imunidade tributária), quanto normas próprias do direito privado (como sujeição à falência e obrigações civis e comerciais).
- e) A prestação de serviços públicos pelo Estado incumbe às empresas públicas, na forma da lei, enquanto que a exploração de atividade econômica ficará a cargo apenas das sociedades de economia mista.

**45) FCC - Procurador do Estado - PGE - MT (2011)**

O regime jurídico aplicável às entidades integrantes da Administração indireta

- a) sujeita todas as entidades, independentemente da natureza pública ou privada, aos princípios aplicáveis à Administração Pública.
- b) é integralmente público, para autarquias, fundações e empresas públicas, e privado para sociedades de economia mista.
- c) é sempre público, independentemente da natureza da entidade.
- d) é sempre privado, independentemente da natureza da entidade.
- e) é o mesmo das empresas privadas, para as empresas públicas e sociedades de economia mista, exceto em relação à legislação trabalhista.

**46) FCC - Procurador do Estado - PGE - RO (2011)**

É um traço comum de todas as entidades da Administração Indireta:

- a) serem processadas em juízo privativo do ente político ao qual estão vinculadas.
- b) a proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, ressalvadas as hipóteses constitucionalmente admitidas.
- c) serem criadas diretamente por lei específica, editada pelo ente criador.
- d) a sujeição de seus servidores ao teto constitucional estabelecido no art. 37, XI da Constituição Federal.
- e) a impenhorabilidade de seus bens.

**47) VUNESP - Procurador da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2014)**

Os órgãos, entidades e programas do Poder Público destinados ao incentivo das pesquisas científicas e tecnológicas considerarão, entre as suas metas prioritárias,

- a) a fiscalização de projetos de entidades privadas, objetivando a recuperação de recursos ambientais afetados por processos de exploração.
- b) o apoio aos projetos que visem a adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área ambiental e ecológica.
- c) a realização de obras e aquisição de equipamentos destinados ao controle de degradação ambiental e à melhoria da qualidade do meio ambiente.
- d) a fabricação de equipamentos antipoluidores e outras iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais.
- e) a instituição de instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros.

**48) FCC - Analista Judiciário - TRT - 9ª Região (2013)**

As empresas estatais submetem-se ao regime jurídico típico das empresas privadas, aplicando-se a elas, no entanto, algumas normas de direito público, como

- a) submissão à regra do concurso público para contratação de servidores públicos.
- b) submissão à regra geral de obrigatoriedade de licitação, atividades meio e atividades fim da empresa.
- c) juízo privativo.
- d) regime especial de execução, sujeito a pagamento por ordem cronológica de apresentação de precatórios.
- e) impenhorabilidade e imprescritibilidade de seus bens, independentemente de afetação ao serviço público.

**49) FCC - Juiz do Trabalho - TRT - 11ª Região (2012)**

Suponha uma sociedade de economia mista e uma empresa pública, ambas explorando atividades econômicas de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. Nos termos da Constituição,

- a) ambas estarão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
- b) ambas estarão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas quanto aos direitos e obrigações civis e comerciais, mas seguirão regras aplicáveis às entidades da Administração direta quanto às matérias trabalhista e tributária.
- c) ambas estarão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais e tributárias, mas seguirão regras aplicáveis às entidades da Administração direta quanto à matéria trabalhista.
- d) a empresa pública estará sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, mas a sociedade de economia mista

estará sujeita ao regime jurídico de direito público.

e) ambas estarão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais e trabalhistas, mas seguirão regras aplicáveis às entidades da Administração direta quanto à matéria tributária.

**50) FCC - Técnico do Ministério Público de Sergipe - MPE - SE (2013)**

Determinada entidade cuja criação é autorizada por lei de ente federativo, sendo seus atos constitutivos regidos segundo a Lei de Sociedades Anônimas, viabilizando, desse modo, a participação minoritária de capital privado na composição de suas ações

a) integra a Administração indireta do ente federativo que a criou, sendo caracterizada como empresa pública.

b) integra a Administração indireta do ente federativo que a criou, sendo caracterizada como sociedade de economia mista.

c) integra a Administração indireta do ente federativo que a criou, sendo caracterizada como autarquia.

d) não integra a Administração indireta do ente federativo que a criou, já que sua constituição está submetida a regime jurídico de direito privado.

e) não integra a Administração indireta do ente federativo que a criou, pois a entidade é sociedade anônima, de natureza empresarial, sendo proibido ao Estado utilizar-se de tal figura.



**Gabarito**

1 ERRADO	2 C	3 A	4 CERTO	5 CERTO
6 C	7 A	8 D	9 A	10 E
11 B	12 D	13 ERRADO	14 CERTO	15 CERTO
16 CERTO	17 CERTO	18 CERTO	19 CERTO	20 CERTO
21 E	22 E	23 ERRADO	24 ERRADO	25 ERRADO
26 B	27 B	28 E	29 D	30 B
31 B	32 C	33 E	34 C	35 E
36 C	37 E	38 C	39 B	40 E
41 E	42 E	43 E	44 A	45 A
46 B	47 B	48 A	49 A	50 B